



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Ata da 48ª Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Psicologia

1 Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas e dez
2 minutos, iniciou-se a quadragésima oitava plenária extraordinária, realizada
3 virtualmente, do décimo oitavo plenário do Conselho Federal de Psicologia.
4 Participaram da reunião: Alessandra Santos de Almeida, Ana Paula Soares da Silva,
5 Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Célia
6 Zenaide da Silva, Isabela Saraiva de Queiroz, Izabel Augusta Hazin Pires, Katya
7 Luciane de Oliveira, Losiley Alves Pinheiro, Maria Juracy Filgueiras Toneli, Marisa
8 Helena Alves, Neuza Maria de Fátima Guareschi, Rodrigo Acioli Moura, Tahiná-Khan
9 Lima Vianey. Izabel Augusta Hazin Pires iniciou a reunião saudando as¹ participantes e
10 passou à apresentação dos informes. **INFORMES. 1. CONSELHÃO: FÓRUM DOS**
11 **CONSELHOS FEDERAIS ENVIA MINUTA DE REGULAMENTAÇÃO DO**
12 **DECRETO DE MIGRAÇÃO (Processo Sei nº 576600020.000885/2021-12):** Daniel
13 Arruda (Gerência de Relações Institucionais - GRI/CFP) informou que esse fórum,
14 também chamado de Conselhão, reúne os conselhos profissionais para discutir questões
15 afetas a eles, como a Proposta de Emenda Constitucional 108 - PEC 108/2019, por
16 exemplo, que pode levar ao fim dos conselhos. No momento, esse fórum está discutindo
17 a minuta de regulamentação do decreto de migração e tem entendido que isso pode
18 prejudicar a fiscalização de profissões que são regulamentadas no Brasil, se, de fato,
19 permitir que trabalhadores formados em outros países possam atuar com consultorias no
20 Brasil, sem exigência de revalidação de diploma e inscrição nos conselhos. O ponto foi
21 colocado apenas para a plenária ter conhecimento de que o assunto está em debate,

¹ No intuito de garantir uma linguagem inclusiva de gênero e considerando que mais de 80% da categoria é composta por mulheres, a APAF optou por referenciar a categoria no feminino. Desta forma, sempre que aparecerem palavras no feminino como 'psicólogas', 'inscritis', entre outras, estão incluídos todos os gêneros.

22 tendo sido acompanhado junto aos órgãos competentes e o Conselho apresenta posição
23 contrária. **2. INFORME SOBRE O II FÓRUM INTERSETORIAL DE SERVIÇOS**
24 **DE ABORTO PREVISTO EM LEI (Processo Sei ° 576600020.000956/2021-87):**
25 Alessandra Santos de Almeida informou que esteve semana passada no Segundo Fórum
26 Intersetorial de Aborto Legal. Ela explicou que o fórum tem a intenção de fazer
27 diagnóstico e também de fazer os serviços se reconhecerem e se fortalecerem, pois os
28 profissionais desses serviços são mal vistos, sofrem preconceito, acusações e vários
29 tipos de agressões. O fórum apoia uma experiência muito exitosa e bem documentada
30 cientificamente relativa ao aborto legal assistido por telemedicina, que mostra que tal
31 modalidade oportunizou boa qualidade de assistência, e diminuiu a violência obstétrica
32 pós-aborto, especialmente por reduzir os entraves que ocorrem quando as mulheres
33 precisam das intervenções, o que foi agravado pela pandemia, porque os serviços foram
34 esfacelados. Nesse segundo encontro nacional foi dada continuidade à discussão sobre
35 as bases jurídicas que fizeram com que o funcionamento em Uberlândia desse certo;
36 falou-se também em como se investir na redução de danos em casos de abortamento; e
37 debateu-se ainda sobre a conjuntura atual. Nesse contexto, está em curso uma ação civil
38 pública contra o estado brasileiro por conta dessa experiência de Uberlândia, na
39 tentativa de impedir que tais ações se espalhem pelo Brasil, o que é o contrário ao que o
40 fórum almeja. O grupo organizado desse fórum, constituído por procuradores e
41 promotores, pediu apoio para acionar movimentos sociais para solicitações de *amicus*
42 *curiae*, e solicitou que o próprio CFP realize essa solicitação, na tentativa de evitar que
43 o Brasil seja acusado de estar autorizando a Telemedicina para o aborto assistido.
44 Também está em consulta pública a Portaria 344/1998 da Agência Nacional de
45 Vigilância Sanitária, - Anvisa, que irá tornar mais difícil o uso do medicamento
46 Misoprostol, adotado no procedimento de aborto legal e para várias outras situações.
47 Alessandra Santos de Almeida informou que há mais de vinte mil partos de
48 adolescentes, fruto de aborto no Brasil até este mês. Assim, diante do cenário, há duas
49 ações a serem feitas: debates sobre o tema e incidências jurídica e parlamentar sobre o
50 que foi colocado. A conselheira comunicou que, no momento, está trazendo apenas um
51 informe, mas depois irá estruturar um ponto de pauta para deliberação da plenária
52 contendo maiores informações. **3. SÉRIE DE VÍDEOS A RESPEITO DOS JOGOS**
53 **OLÍMPICOS (Inserido na hora – Processo Sei nº 576600003.000203/2021-80):**
54 Rodrigo Acioli informou que foi feito diálogo com os Conselhos Regionais de

55 Psicologia, com a Associação Brasileira de Psicologia do Esporte – ABRAPESP e a
56 Associação Brasileira de Psicologia do Esporte, Atividade Física e Exercício –
57 ABEPEEx para apresentação da proposta de elaboração de uma série de vídeos, tendo
58 esta sido muito bem aceita. Posteriormente, houve outra reunião e agora o projeto está
59 pronto. Serão seis episódios, cada um com um tema, com cinco regionais em cada
60 vídeo, com um minuto de fala cada um. Hoje já houve a divulgação nas redes sociais do
61 CFP. Em seguida, o plenário assistiu à chamada da série de vídeos e fez elogios.
62 Rodrigo Acioli informou que na primeira hora de divulgação o CFP recebeu muitos
63 comentários positivos. O lançamento se deu no momento da abertura dos jogos
64 olímpicos. Ele complementou que agora o CFP irá providenciar a gravação com as
65 associações e, a partir da próxima semana, será lançado um episódio por semana, com
66 os temas: Psicologia do Esporte; importância da formação e pesquisa; Psicologia Social
67 e do Esporte; ética profissional da psicologia no esporte; psicologia no contexto
68 pandêmico; o nosso lugar nesse mundo. **4. PARCERIA COM A FIOCRUZ -**
69 **EFEITOS PSICOSSOCIAIS DA COVID (Inserido na hora -**
70 **576600003.000206/2021-13):** Ana Paula Soares da Silva lembrou ao plenário que a
71 partir das preocupações com os impactos da pandemia da COVID-19 na sociedade, foi
72 proposta a criação de um grupo para desenvolver ações sobre os efeitos psicossociais da
73 COVID-19. Este deveria atuar em três eixos: Comunicação; Formação/Educação e;
74 Pesquisa. Ana Paula informou que aconteceram duas reuniões com representantes da
75 Fiocruz e da Unicef. Em uma das reuniões se falou do Projeto “Pode falar” da Unicef,
76 cujo objetivo é o acolhimento de crianças e adolescentes, este inclui programas de
77 estágio vinculados a universidades, com supervisão local, além do supervisor
78 acadêmico. Diante disso, Ana Paula fez questionamentos sobre a adequação do projeto
79 ao escopo de ações do CFP, e entendeu que era importante ouvir e entender mais sobre
80 o assunto, pois o tema do estágio na pandemia é algo que tem sido trabalhado pelo
81 plenário do CFP. Ela informou que o CFP ficou de estudar possibilidades de inserção no
82 projeto. Ana Paula comentou que a Fiocruz fez algumas críticas ao documento de
83 estágio publicado pelo CFP. Ela concluiu que é importante que o GT de Estágios
84 repense algumas ações, considerando o prolongamento da pandemia. Izabel Hazin
85 concordou com a necessidade de retomada do trabalho do GT de Estágios, pois será
86 necessário que o Plenário adote um posicionamento. Anna Carolina Lobianco
87 complementou a apresentação do ponto. Ela informou que achou interessante o projeto

88 “Quero falar”, que propõe três etapas: “quero me inspirar; quero me cuidar e; quero
89 falar”. E que, para tanto, haveria a capacitação dos profissionais, o que poderia implicar
90 em demanda para o CFP. Anna Carolina falou da importância de fazer um diálogo com
91 a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – Abep sobre a proposta. Marisa
92 Helena Alves reiterou que é preciso retomar a discussão com a Abep sobre estágios. Ela
93 disse que identificou certo medo de punição, por parte do CFP, nas falas das
94 representantes da Fiocruz na reunião mencionada por Ana Paula. Marisa Helena alertou
95 que, como o CFP não tem esse papel, é preciso dar atenção a essa fala e explicar o que
96 for necessário. Antonio Virgílio Bittencourt Bastos concordou que é importante retomar
97 o GT e a pesquisa, bem como é preciso verificar o que ocorreu de fato, avaliando em
98 que medida o documento orientador ajudou para que algumas atividades de estágio
99 pudessem ser feitas. Ele lembrou que houve um primeiro documento que de fato induzia
100 os cursos a não fazerem nada, entretanto, o segundo documento foi muito diferente, e,
101 ao contrário do primeiro, relatava o que podia ser feito em várias áreas. Ele comunicou
102 que a Abep está trabalhando para a publicação de um documento de orientação para os
103 supervisores de estágio. Afirmou que a pesquisa pode trazer dados mais confiáveis
104 sobre como os cursos lidam com essas recomendações do CFP. **PONTOS DE PAUTA:**
105 **1. MARCA 60 ANOS PSICOLOGIA (Inserido na hora):** Marcos Paulo da Gerência
106 de Comunicação do CFP e Antonio Virgílio apresentaram as propostas de marca alusiva
107 aos 60 anos da regulamentação da profissão no país. Em votação, o grupo escolheu a
108 proposta 2. **2. SEMINÁRIO SOBRE LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO**
109 **(Processo Sei nº 576600010.000695/2019-08):** Camila Alves (Gerência – Técnica -
110 GTEC/CFP) informou que o CFP recebe, há um bom tempo, através do canal da
111 Ouvidoria, algumas manifestações de pessoas que reclamam acerca da linguagem
112 inclusiva de gênero que o CFP adota nos documentos. Ela explicou que recentemente o
113 CFP publicou portaria sobre as modalidades dos documentos usados no CFP, mas não
114 houve menção à linguagem inclusiva de gênero. Camila Alves contou que as equipes do
115 CFP, especialmente Mateus Castelluccio (Centro de Referência Técnica em Psicologia e
116 Políticas Públicas - Crepop/CFP), já fizeram um levantamento de vários documentos,
117 guias, manuais, inclusive internacionais, que apontam para o uso de linguagem
118 inclusiva de gênero em órgãos públicos, organismos internacionais, governos de países
119 de línguas latinas (Brasil, Portugal, Espanha, França), e concluiu que essa discussão não
120 é nova, tendo sido já identificada num manual de 1999. Assim, em discussão prévia

121 com a Coordenação-Geral e a Diretoria do CFP, pensou-se como encaminhamento a
122 realização de um seminário sobre linguagem inclusiva de gênero, com vistas a
123 apresentar um panorama sobre o tema. Para tanto, seria necessário, primeiramente, a
124 designação de conselheira ou comissão para a organização do Seminário. Alessandra
125 Santos de Almeida indicou Helena Miranda da Comissão de Orientação e Ética do
126 CRP-03/BA, cujo Mestrado foi sobre linguagem. Isabela Saraiva de Queiroz, primeiro
127 justificou a ausência da Conselheira Dalcira Pereira Ferrão, que foi aceita pelo plenário,
128 e, em seguida, fez considerações sobre o assunto. Ela destacou que já existe deliberação
129 da Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças do Sistema Conselhos de
130 Psicologia - Apaf para uso da linguagem inclusiva do gênero, assim, não é cabível
131 discutir se o CFP vai cumprir essa determinação. Ela lembrou que, anteriormente, havia
132 o encaminhamento de se convidar sociólogos, antropólogos, socio linguistas,
133 representante do Grupo de Trabalho de Gênero da Associação Nacional de Pesquisa e
134 Pós-graduação em Psicologia - ANPEPP e psicanalistas especializados em questões de
135 comunicação inclusiva para o seminário, e afirmou que há muitas psicólogas que podem
136 fazer esse debate. Solicitada a complementar a apresentação do ponto, Fabíola Corrêa
137 (Ouvidoria/CFP) elucidou que tanto a Apaf quanto o Congresso Nacional de Psicologia
138 - CNP determinaram o uso da linguagem inclusiva de gênero, mas não definiram como
139 isso deve ser feito, assim, é preciso estabelecer um padrão a ser seguido pelo CFP. As
140 equipes do CFP perguntam se apenas o uso da terminologia “as psicólogas (os)” já
141 configuram a linguagem inclusiva de gênero que se espera. Ela contou ainda que
142 algumas mensagens que chegam à Ouvidoria mencionam que, quando se usa apenas
143 “psicólogas” e não “psicólogas e psicólogos”, por exemplo, na tentativa de ser
144 inclusivo, o CFP estaria, na verdade, excluindo os poucos homens que fazem parte da
145 profissão. Assim, o seminário seria interno, com o objetivo de estabelecer um
146 posicionamento do plenário do CFP, para que este oriente o padrão a ser adotado nas
147 diversas publicações do Conselho. Maria Juracy Filgueiras Toneli concordou que não se
148 deve discutir se o CFP vai adotar a linguagem inclusiva de gênero, mas sim, como irá
149 adotá-la. Explicou que é preciso pensar em como usar uma linguagem gendrada que
150 inclua pessoas não binárias nos sinais de libras, por exemplo. Afirmou que essa é uma
151 discussão contemporânea, que vem desafiando os pesquisadores. Recordou que, na
152 primeira discussão sobre esse assunto na plenária do CFP, o grupo refletiu que a
153 linguagem inclusiva deve incluir gênero fluido, pessoas não binárias, e que se levantou

154 a hipótese de uso do termo psicólogos, por exemplo, e, a partir do debate, houve a
155 necessidade de se discutir com profissionais da linguística. Mas justificou que para se
156 chegar a conclusões sobre esse tema, é preciso entender o que é sexo, gênero e,
157 especialmente, o que está em foco na pauta de costumes. Na verdade, se trata de uma
158 pauta de gênero, não se limitando a uma questão de linguagem gendrada. Isso faz parte
159 de uma complexidade de ações protetivas a pessoas com gêneros diferentes da norma e
160 o avanço dessas pautas inclui a linguagem. Assim, Juracy Toneli sugeriu que o CFP
161 avance no debate, que está no campo dos direitos humanos, principalmente neste
162 momento de forte ofensiva antigênero. Nesse sentido, indicou que o seminário não seja
163 restrito ao plenário, ampliando o debate de maneira formativa e pedagógica, pois a
164 formação da categoria é insuficiente. Ana Carolina concordou com a importância desse
165 debate, e sugeriu que o seminário seja mais amplo, pelo menos, neste primeiro
166 momento, para os conselhos e, depois, pode ser ampliado. Juracy Toneli sugeriu que
167 esse debate seja instigado por pesquisadoras da psicologia que discutem o assunto, tais
168 como Sonia Correia, que acompanha o tema desde os Princípios de Yogyakarta,
169 entendendo que não é necessário contar com um leque maior de áreas de formação. Ela
170 indicou também o nome do psicólogo Marco Aurelio Prado. Alessandra de Almeida
171 concordou que a discussão deve ser focada em pesquisadoras da psicologia e sugeriu
172 que o CFP leve esse debate a todos os espaços de representação dos quais participa.
173 Juracy Toneli perguntou sobre a urgência de realização do seminário, para entender se
174 seria preciso fazer dois seminários ou se daria tempo de preparar apenas um, mais
175 estruturado e mais amplo. A equipe respondeu que todos os processos da Ouvidoria já
176 foram respondidos informando que o CFP adota a linguagem com base nas
177 determinações do CNP e da Apaf e que o tema continua em debate no CFP.

178 **Encaminhamentos: 2.1** Realizar seminário mais estruturado e para público mais
179 amplo, com palestrantes pesquisadoras psicólogas. **2.2** Comissão responsável pela
180 organização do seminário: Alessandra Almeida, Juracy Toneli, Isabela de Queiroz e
181 Tahiná-Khan. **3. PROPOSTA DE WEBINÁRIOS PREPARATÓRIOS PARA**
182 **MOSTRA DE PSICOLOGIA NA ASSISTÊNCIA SOCIAL. PROCESSO**
183 **(Processo Sei nº 576600003.000183/2021):** Neuza Maria de Fátima Guareschi
184 informou que a Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social – Conpas/CFP,
185 está preparando a mostra do ano que vem. Como não é possível fazer as mostras
186 regionais presenciais, como feito no passado, a comissão pensou em organizar

187 webnários por regiões. As pessoas poderão escolher um eixo para inscrever o seu
188 trabalho. Haverá cinco eixos, inspirados nos eixos da Conferência Nacional da
189 Assistência, e cada região ficará responsável por um eixo. A mostra fará parte das
190 comemorações dos sessenta anos da psicologia. Cada webnário terá a participação da
191 presidente do CFP e de representante da região responsável pelo eixo. Em seguida, o
192 plenário leu a proposta completa, com nomes dos eixos e palestrantes indicados para os
193 webnários. O plenário elogiou a iniciativa, especialmente neste momento difícil para a
194 realização de conferências e ações que permitam a participação popular.

195 **Encaminhamento: 3.1** A proposta foi aprovada. **4. MINUTA DE EDITAL -**
196 **PRÊMIO VIRGÍNIA BICUDO PROCESSO (Processo Sei nº**
197 **576600005.000045/2021-48):** Camila Alves (GTEC/CFP) informou que o prêmio foi
198 aprovado na 35ª Reunião Plenária, em 12 de março de 2021, conjuntamente com outras
199 ações da Campanha Nacional de Direitos Humanos. Assim, ela informou que o edital
200 está pronto e precisa ser apreciado antes da publicação. O Prêmio Profissional terá como
201 objetivo identificar, valorizar e divulgar estudos e ações de psicólogas, coletivos e
202 grupos que envolvam a Psicologia e as Relações Étnico-Raciais, fundamentadas nos
203 Direitos Humanos, e que tenham impacto na saúde mental, na redução das
204 desigualdades sociais e no posicionamento antirracista. Com a realização do Prêmio,
205 espera-se fomentar a divulgação de estudos e ações exitosas no campo da psicologia e
206 das questões raciais. Os trabalhos teórico-técnicos poderão ser inscritos na categoria de
207 Experiências Individuais ou na de Experiências Coletivas, e deverão estar relacionados
208 a um dos seguintes eixos orientadores: I. Raças e Identidade Étnico-Racial; II.
209 Violência, Morte e Luto; III. Modos de resistência antirracista: antimanicomial, cultural,
210 religioso; IV. Interseccionalidades; V. Geracional: racismo na infância, juventude e
211 envelhecimento. Serão selecionados, ao todo, dez trabalhos, sendo dois de cada Região
212 do Brasil, independente da categoria do trabalho. Cada trabalho vencedor receberá o
213 prêmio de mil reais. O CFP entregará o certificado e os prêmios no ano de 2022,
214 durante o Seminário Nacional de Direitos Humanos e, se o evento for presencial,
215 custeará as despesas relativas às passagens e hospedagem para os premiados.

216 **Encaminhamentos: 4.1** O edital foi aprovado com a ressalva de corrigir o termo
217 “categoria profissional” ao longo do documento. **5 CONFERÊNCIA POPULAR**
218 **NACIONAL DA SAÚDE MENTAL ANTIMANICOMIAL 2021 (Processo Sei nº**
219 **576600020.000330/2021-71):** Marisa Helena Alves explicou que representa o CFP na

220 Comissão Intersetorial de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde – CISM/CNS,
221 esta tem a tarefa de realizar a Conferência Nacional de Saúde Mental a ser realizada no
222 próximo ano. Em paralelo a este objetivo, surgiu um grupo, a Frente Ampliada em
223 defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial (FASM), que propôs a
224 realização da conferência popular de saúde mental, que terá como tema "+ Liberdade +
225 Diversidade + Direitos = Democracia". A conferência será realizada no período de 9 a
226 12 de outubro, com atividades preparatórias locais virtuais temáticas, em diversos
227 formatos, até setembro. O objetivo é promover o debate. A CISM e o CNS entendem
228 que esta é uma atividade importante, preparatória para a conferência oficial. A CISM já
229 elaborou o regimento da conferência oficial e já foi aprovado pelo CNS. Houve reunião
230 com a Mesa Diretora no CNS, esta dialoga com o Ministério da Saúde, e ainda não
231 existe nenhuma sinalização de como a conferência vai entrar no orçamento de 2022,
232 apenas indicaram que talvez seja melhor deixar a realização para 2023. O CNS já negou
233 essa possibilidade e reafirmou que a conferência deve ser realizada no ano de 2022.
234 Assim, o CFP recebeu o pedido de apoio para garantir a realização dessa conferência
235 popular, bem como para assinar as cartas de apoio e manifesto, e promover eventos
236 prévios. A carta foi lida e aprovada pelo plenário. Quanto ao manifesto, Marisa Helena
237 informou sobre sua preocupação por já ter passado demasiadamente o prazo para tanto,
238 e defendeu que o importante é prestar o apoio e realizar eventos. Marisa Helena sugeriu
239 convocar todo o Sistema Conselhos de Psicologia para realizar eventos e um webnário
240 para levar algumas proposições para a conferência popular. **Encaminhamentos: 5.1**
241 **Aprovado o apoio do CFP à realização da conferência popular. 5.2** Marisa Helena e
242 Tahiná-Khan serão responsáveis pela organização dos eventos para a conferência
243 popular. **6. CONVITE AO CFP - ENCONTRO DE FUNCIONÁRIOS DO**
244 **SISTEMA COFECON/CORECON (Processo Sei nº 576600020.000871/2021-07):**
245 Antonio Virgílio informou que o CFP recebeu, do Conselho Federal de Economia –
246 Cofecon, pedido de indicação de psicóloga para falar de Saúde Mental no Ambiente
247 Corporativo em evento virtual de capacitação de funcionários do Sistema
248 Cofecon/Corecons. Assim, Antonio Virgílio indicou a psicóloga Livia Borges para
249 assumir tal atividade. Rodrigo Acioli questionou se fazer indicações para esse tipo de
250 evento seria função do CFP, pois talvez fazer uma palestra em um evento corporativo
251 poderia se assemelhar a uma atividade profissional. Antonio Virgílio explicou que a
252 indicação não é para a prestação de um serviço, mas sim para fazer uma fala

253 institucional. **Encaminhamento: 6.1** Após votação, foi aprovada a indicação de Livia
254 Borges para o evento. **4. INDICAÇÃO DE ESPECIALISTA PARA COMISSÃO**
255 **(Processo Sei nº 576600012.000006/2021-51):** Mateus Castelluccio (Crepop/CFP)
256 informou que a Comissão de Especialistas responsável pela elaboração da Referência
257 Técnica para Atuação de Psicólogas junto aos Povos Quilombolas sugeriu encaminhar
258 convite, para compor o grupo, à Professora Doutora Suely Emília de Barros Santos da
259 Universidade de Pernambuco. **Encaminhamento: 4.1** Indicação aprovada. **5. CT-**
260 **CIRHRT/CNS: INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA A CÂMARA**
261 **TÉCNICA DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE RECURSOS HUMANOS E**
262 **RELAÇÕES DE TRABALHO (576600005.000064/2020-93):** Antonio Virgílio
263 informou que quem representava o CFP nesse espaço era Mary Sandra Carlotto, que
264 precisou se afastar. Diante disso, o Plenário autorizou a indicação do professor Mário
265 César Ferreira, da Universidade de Brasília, para ocupar o lugar. Assim, Antonio
266 Virgílio contactou o professor que, de pronto, aceitou o convite. Antonio Virgílio alertou
267 que esse ponto é muito antigo e estava na pauta há muito tempo. Daniel Arruda
268 (GRI/CFP) elucidou que primeiro o ponto entrou na pauta faz muito tempo em virtude
269 da saída de Mary Sandra e, na ocasião, havia sido indicado o senhor Thiago Jessé Souza
270 de Lima, este chegou a ir a algumas reuniões, mas não teve mais disponibilidade a partir
271 de julho. Assim, agora, o ponto voltou à plenária em virtude dessa nova indicação
272 apresentada por Virgílio para conhecimento do aceite do convite. **Encaminhamento:**
273 **5.1** Indicação de Mário César Ferreira referendada. **6. PROCESSO ELEITORAL DO**
274 **CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS) - MANDATO 2021-2024 (Processo**
275 **Sei nº 576600005.000118/2021-00):** Marisa Helena Alves informou que o pleno do
276 CNS aprovou, em julho, o regimento, o calendário e a comissão para o Processo
277 Eleitoral 2021-2024. A eleição será realizada no dia 11 de novembro de 2021. Assim, as
278 inscrições das entidades e movimentos sociais serão realizadas até o dia 5 de outubro,
279 por meio virtual. Marisa Helena explicou que, atualmente, ela representa o CFP e ocupa
280 cadeira de entidade titular, exercendo também a função de coordenadora da Comissão
281 Intersetorial de Saúde Mental (CISM/CNS). Ela contou que o diálogo sobre o processo
282 eleitoral já teve início entre as entidades, em especial em espaços como o FENTAS
283 (Fórum de Entidades Nacionais da Área da Saúde). Assim, no próximo mandato, o CFP
284 deve ocupar a cadeira de suplente, em virtude do acordo, já existente, de rodízio entre as
285 entidades. Marisa Helena aproveitou a oportunidade para falar sobre a importância de

286 outras entidades da psicologia fazerem parte desse fórum, tais como a Abep, pois as
287 associações de ensino de outras áreas já têm representação, mas a psicologia conta
288 apenas com o CFP e com a Federação Nacional de Psicólogos – Fenapsi. Sugeriu a
289 Antonio Virgílio levar esse edital como informe para o Fórum de Entidades da
290 Psicologia Brasileira - FENPB. Marisa Helena complementou que, no CNS, há a
291 representação de dois segmentos, o dos trabalhadores e o dos usuários da saúde. A
292 presidência é alternada, um mandato é de um segmento e no outro muda. Assim, agora
293 seria a vez de assumir um presidente do segmento dos trabalhadores, entretanto, em
294 virtude da conjuntura atual e da importância que o presidente atual do CNS, Fernando
295 Pigatto, conquistou, os trabalhadores abriram mão de indicar um novo presidente para
296 que possa ser feita a recondução deste. Daniel Arruda (GRI/CFP) acrescentou que
297 existe o processo eleitoral regido pelo edital, e existe o acordo entre pares, entre as
298 entidades de trabalhadores e de usuários da saúde que já prevê qual será o resultado da
299 eleição, pois as entidades ali presentes têm número de votos suficiente pra definir a
300 eleição. É um acordo de médio e longo prazo, cujo objetivo é garantir que as entidades,
301 que integram o Fórum de Entidades Nacionais de Trabalhadores da Saúde – Fentas,
302 tenham assento de forma periódica. **Encaminhamentos: 6.1** Permaneceu o nome de
303 Marisa Helena Alves como representante do CFP. **6.2** Antonio Virgílio deve pautar, no
304 FENPB, a temática acerca da importância de ampliação da participação de entidades da
305 psicologia no CNS. **7. PROCESSOS ÉTICOS – CALENDÁRIO (Processo Sei nº**
306 **576600028.000062/2021-17):** Marisa Helena Alves informou que o Processo Ético nº
307 576600020.000319/2020-20 foi retirado da pauta de julgamento de julho e foi passado
308 para setembro. Tahiná-Khan comunicou que é relatora do processo e pediu para
309 verificar para que data ele foi agendado, pois, segundo Miraci Mendes, ele teria ficado
310 para novembro. Em seguida, foi apresentada a lista de processos a serem julgados nos
311 meses de agosto, setembro e outubro. Rodrigo Acioli perguntou se os julgamentos, a
312 serem realizados a partir de agosto, já serão híbridos ou presenciais. Marisa Helena
313 informou que ainda não fez esse debate com a Secretaria de Orientação e Ética – SOE,
314 destacando que o assunto será pautado para outra plenária, após o diálogo com a SOE.
315 **Encaminhamentos 7.1** Lista de distribuição de processos para os próximos meses
316 aprovada. **7.2** Marisa Helena e a Secretaria de Orientação e Ética devem verificar a data
317 para a qual o processo de Tahiná-Khan foi transferida, se para setembro ou novembro.
318 **8. FCFAS - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO: RETOMADA DOS ESTUDOS**

319 **SOBRE OS CURSOS NA MODALIDADE EAD (Processo Sei nº**
320 **576600020.000748/2021-88):** Daniel Arruda (GRI/CFP) explicou que a Comissão de
321 Educação do FCFAS fará um trabalho mais aprofundado sobre a temática dos cursos à
322 distância, assim, está abrindo espaço para agregar novos colaboradores. Ele lembrou
323 que o CFP já tem posicionamento de que os cursos de graduação de psicologia não
324 devem ser integralmente à distância. Assim, essa é uma oportunidade de indicar outros
325 colaboradores para o debate. Antonio Virgílio sugeriu o nome de Gardênia da Silva
326 Abbad, mas não sabe se ela terá condições de assumir esse papel, visto que é Vice-
327 Presidente da Anpepp. **Encaminhamento: 8.1** Antonio Virgílio deve verificar um nome
328 para que o CFP possa indicar para a comissão do FCFAS. **9. FNRDS: MINUTA DE**
329 **TEXTO - CONSTRUÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA PELA**
330 **REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS (Processo Sei nº**
331 **576600020.000680/2021-37):** Daniel Arruda (GRI/CFP) informou que o CFP integra o
332 Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social (FNRDS), coordenado pelo
333 Conselho Federal de Economia (Cofecon). Este realizou reuniões periódicas, possui
334 uma revista, e, agora, uma das estratégias traçadas para a redução das desigualdades
335 sociais é a construção de uma frente parlamentar mista. Assim, está pautada, para
336 conhecimento do Plenário, a minuta de texto que embasa a criação dessa comissão, foi
337 solicitado ao CFP que indique parlamentares que possam vir a compor essa frente.
338 **Encaminhamentos: 9.1** Aprovado o apoio do CFP à criação da Frente Parlamentar. **9.2**
339 Miraci Mendes e Cléo Dornelles deverão ser consultadas para a definição das
340 indicações de parlamentares pelo CFP. **10. RELATÓRIO PRELIMINAR**
341 **QUANTITATIVO DA CONSULTA PÚBLICA SOBRE PSICOTERAPIA.**
342 **(Processo Sei nº 576600003.000174/2021-56):** Rodrigo Acioli informou que o ponto já
343 foi discutido em plenária anterior. Camila Alves (GTEC/CFP) explicou que o ponto foi
344 pautado novamente porque a discussão da plenária foi realizada antes da Apaf, tendo
345 restado a necessidade de definição do posicionamento do CFP, bem como a indicação
346 da forma de divulgação dos dados relativos à consulta. Rodrigo Acioli comunicou que o
347 grupo da consulta já está com a incumbência de apresentar todas as informações na
348 Apaf de novembro de 2021. A reunião foi encerrada às dezenove horas e seis minutos.
349 Esta ata foi lavrada por mim, Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira-Secretária, e
350 assinada por todas as presentes nomeadas.



Documento assinado eletronicamente por **Anna Carolina Lo Bianco Clementino, Conselheira(o)**, em 10/05/2022, às 20:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia Zenaide da Silva, Conselheira(o)**, em 13/05/2022, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Santos De Almeida, Conselheira(o)**, em 16/05/2022, às 02:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tahina-Khan Lima Vianey, Conselheira(o)**, em 20/05/2022, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Losiley Alves Pinheiro, Conselheira(o)**, em 24/05/2022, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Acioli Moura, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katya Luciane De Oliveira, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Izabel Augusta Hazin Pires, Conselheira(o)**, em 26/05/2022, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Neuza Maria de Fátima Guareschi, Conselheira(o)**, em 09/06/2022, às 17:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marisa Helena Alves, Conselheira(o)**, em 11/06/2022, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Soares Da Silva, Conselheira(o)**, em 14/06/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Virgilio Bittencourt Bastos, Conselheira(o)**, em 27/07/2022, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0553945** e o código CRC **66A51C2B**.